

Política de formação em psicanálise

alinhavando algumas anotações de leitura

Regina Schnaiderman

Ensinar psicanálise é um ato psicanalítico.
É um projeto de desalienação. Formar um
psicanalista – como entender este programa?

A política de formação em psicanálise ou, o que é mais sério, o problema de formação de psicanalistas ocupa e preocupa desde sempre a todos os que pretendem definir este campo de conhecimento e esta modalidade de prática. A história do movimento psicanalítico pode ser escrita em torno deste tema. Foi, no entanto, depois da Segunda Guerra Mundial que a discussão destes assuntos atingiu todas as instituições e mesmo o terreno da filosofia da ciência e da epistemologia, abrindo um grande campo de debates. Temos hoje uma ampla bibliografia sobre o assunto. Todo este florescimento e questionamento foi fruto sem dúvida da grande difusão da psicanálise e, principalmente, das derivações desta para outros campos

de conhecimento, tais como a filosofia, a lingüística, a antropologia, etc. Também o incremento de preocupações da ordem da política e do poder, da psiquiatria, das questões de normatividade, adaptação, contracultura, etc., envolvem a revolução psicanalítica, seus limites e suas possibilidades.

Lacan, cuja contribuição é inegável, embora sob muitos aspectos bastante discutível, propõe com muito alarde e violência este tema em vários artigos da década de 50, especialmente em “Situação da psicanálise e for-

Regina Schnaiderman, psicanalista, foi uma das fundadoras do Curso de Psicanálise e do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

mação de psicanalistas”, 1956, e “O ensino da psicanálise”, 1957.

Eis algumas indagações de Lacan: “O que se torna a psicanálise em mãos de psicanalistas que somente o são em virtude de uma conformidade a um modelo institucional cujos princípios e fins visam reproduzir a fim de que possam subsistir?”. “A que preço a psicanálise, que é fundamentalmente da ordem da contracultura, pode tomar lugar na cultura para a qual ela contribui modificando certos aspectos, mas cuja pressão tende constantemente a recuperá-la e a reduzi-la?”

J. P. Valabrega escreve: “É possível que, na sua forma relativamente pura – ‘o ouro puro’ segundo a metáfora de Freud –, o exercício da psicanálise desapareça, seja por decreto de um poder legal, seja pela integração num sistema qualquer de assistência médico-social. Existem exemplos desse tipo de acontecimento. Outros acham inelutável a sua evolução. Mas como o inconsciente não pode ser suprimido por um governo nem anexado numa nomenclatura, o mais provável é que as flutuações da História levem a Psicanálise a retornar periodicamente à situação marginal, ao isolamento, à quase clandestinidade das suas origens. O que não será forçosamente mau para o seu futuro, mas a fará renascer, periodicamente também, de suas degradações e de seus vestígios”.

O objetivo da psicanálise é o sentido encarnado, a significação materializada. Esta é a definição da ruptura profunda de Freud com a ciência psicológica e psicopatológica de seu tempo. Mas a psicanálise não é simplesmente a teoria do seu objeto – ela é essencialmente a atividade que faz falar em pessoa. É nesta fala que a psicanálise encontra sua origem e seus princípios. Lá onde os médicos da época não viam senão defeitos do funcionamento psíquico produzidos pela doença, Freud viu o sentido, e que esse sentido era o de um sujeito, que era o paciente, mas não era idêntico a este. Isso o levou a tratar os

sujeitos como sujeitos e a interrogar seriamente o conteúdo do seu dizer, em lugar de dissolvê-lo no universal abstrato do anormal. A revolução copernicana consistiu em não mais colocar a razão do lado do médico e a desrazão do lado do doente, mas ver neste a manifestação de uma outra razão. Todo esse universo não se originou numa teoria ou numa decisão. Freud recebeu o seu preparo na relação com os seus pacientes e realizou plenamente sua teoria quando entrou no projeto da sua chamada auto-análise, projeto que consiste em se compreender para se transformar. É este o projeto que funda a análise e a define como atividade, atividade de um sujeito como sujeito com outro sujeito como sujeito.

Acho que se pode definir a atividade do analista como um projeto de transformação. O desejo do analista não torna possível a situação analítica. E se não é um desejo de saber, também não é a aplicação desse saber. O conhecimento da teoria não é suficiente para tornar ninguém analista. A maneira como a teoria intervém no processo analítico não tem nenhum outro modelo e nenhuma fórmula permite definir a sua função. Nenhum método geral permite encontrar a solução, que deve ser descoberta de cada vez. A teoria orienta, define classes infinitas de possíveis e impossíveis, mas não pode predizer nem produzir soluções.

Que espécie de transformação é essa que constitui o projeto analítico? Essa transformação é a atualização de um poder ser, e é por isso que a análise é um processo de desalienação. A atividade analítica como processo de autotransformação é uma atividade prático-poética e que se realiza no processo de elucidação, que desde o começo é também um projeto de elucidação de seu objeto e dela mesma em termos universais, isto é, projeto de constituição de uma teoria. Essa teoria se pretende científica. Seu objeto é observável – lapso, angústia, sintoma, etc. Mas, de fato, a sua realidade se constitui enquanto ele é

Pode-se
definir a atividade
do psicanalista
como um projeto
de transformação.

um sentido, isto é, enquanto ele é de cada vez singular. A análise procura no individual, no singular, aquilo que o ultrapassa e representa o universal. Mas considerar o indivíduo como simples combinatória de elementos substituíveis e permutáveis é eliminar o objeto real da psicanálise em nome de um sonho pseudoteórico. O paciente é irreduzível. Trata-se na prática da desalienação do paciente – uma verdade a construir através de um presente indefinido. A teoria é um momento da elucidação, sempre lacunar e fragmentária. A teoria assegurada em si não existe nem nas matemáticas. A atividade de elucidação necessariamente ultrapassa as teorias e não se submete simplesmente a seus critérios. Analisar é fazer, e fazer com um outro. Os pacientes não são materiais de análise a explorar como fontes de teorização ou a transformar em indivíduos normais. Os pacientes têm que se fazer, se auto-alertar, e pelo processo analítico criar um novo segmento de sua história e, no caso mais geral, aceder pela primeira vez explicitamente a uma historicidade ao mesmo tempo singular e coletiva. Isso é criação. O outro e os outros estão sempre presentes. É neste se fazer que o analista coopera – é este o fazer do analista. Trata-se da ascensão à autonomia. É este o projeto do analista. Não é verdade

A palavra
“formação” é
sempre carregada
de positividade e
normalidade.

que o analista não quer nada para o seu paciente. Ele não quer isso ou aquilo. Mas quer que o paciente se desaliena, que transforme a relação entre o seu inconsciente e a sua consciência, que *leve o inconsciente à expressão e a consciência à lucidez e à atividade*.

A psicanálise postula – para todos os atos do indivíduo, e o mostra na prática, sem desconsiderar as demais determinações – determinações inconscientes. Ninguém escapa a isso – nem Sócrates, nem Hegel, nem Schreber e nem Freud. Todo discurso que se pretenda verdadeiro é conduzido por intenções inconscientes tanto quanto o crime e o delírio.

Ensinar psicanálise é um ato psicanalítico e é um projeto de desalienação. Desalienação desta vez não do sujeito analisando, mas desalienação do discurso que se tem sobre o saber psicanalítico. O que se ensina é de fato um modelo metodológico que subordina todo saber a uma interrogação e a uma colocação em questão.

Formar um psicanalista – como entender este programa? A palavra “formação” é sempre carregada de positividade e normatividade; ela conota um projeto e um processo. A noção de formação analítica comporta uma contradição nos próprios termos, já que a psicanálise não é

feita para instituir modelos de pensamento ou de comportamento. A psicanálise não pode ser ensinada como as outras ciências. As pesquisas e os debates apontam a inexistência de um consenso ou mesmo algum acordo no que diz respeito à formação, critérios de seleção, importância da teoria, etc. Ao que parece, o maior acordo diz respeito à formação tripartida do analista. Ela se compõe de:

1) uma análise pessoal de efeito necessariamente didático, graças à qual se experimenta a teoria pela experiência da transferência e do inconsciente;

2) uma aproximação teórica das obras de Freud e dos pós-freudianos e eventualmente aberturas para outras ciências humanas (etnologia, mitologia, história das religiões, etc.);

3) prática de curas ditas supervisionadas, através das quais o analista em formação dá conta das primeiras curas que ele conduz a um outro analista experimentado e de suposto saber.

De um modo geral, o analista se forma no quadro de um grupo científico ou ideológico, fora de toda lei reguladora externa; as universidades não são reconhecidas como podendo responder pela formação de psicanalistas.

De fato sabemos que: 1) o saber do analista tem como objeto o estudo do funcionamento psíquico; 2) a particularidade deste saber consiste na necessidade, tanto para o analista quanto para o analisando, de, a cada vez, reencontrá-lo *in vivo*; 3) isto o diferencia do que seria, por exemplo (Castoriadis), o saber matemático – frente a um triângulo retângulo, posso sempre afirmar que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos; em relação a um sujeito, não posso sustentar nenhum teorema desse tipo: “Em todo sujeito histórico, posso deduzir, *a priori*, que fatores históricos determinaram seu destino”; a respeito deste sujeito particular com quem me enfrento eu não conheço nada – o que eu sei é o caminho para fazê-lo chegar

a este conhecimento; 4) donde se conclui que o saber do analista se resolve num saber analisar, isto é, ser capaz de levar um outro sujeito à decifração do seu texto inconsciente; analisar é um fazer saber e não um saber fazer.

Qual é a fonte do saber psicanalítico? 1) Os textos de Freud; sim, mas isto não basta; 2) o fato de ter sido analisado; sem dúvida, mas isto também não basta; 3) o fato de ser analista, o fato de analisar.

Esta terceira origem do saber coloca o que é de demonstrar como já demonstrado. Esse é um dos paradoxos da psicanálise.

Além do mais, o conhecimento e a competência de um futuro analista não lhe asseguram por si só nenhuma identidade. Só um outro, um terceiro, pode reconhecê-lo, instituí-lo, garanti-lo. Ser analista envolve não só o reconhecimento do desejo, mas o desejo de reconhecimento. Ser analista implica uma prática e uma prática teórica. Granoft afirma que, para que isso se realize, basta ter um paciente e um amigo e que o problema do reconhecimento e da prática teórica não precisa ser resolvido através de complexas instituições ou escritos muito originais sobre teoria psicanalítica. Mas todos esses são problemas muito complexos, inerentes à especialidade da psicanálise.

Há duas vertentes na formação psicanalítica – uma vertente científica e uma vertente iniciática. Essas duas vertentes são fontes de conflitos de referência e, portanto, conflitos identificatórios. O destino desses conflitos e a sua resolução dependem daquilo que atua inconscientemente no momento privilegiado da habilitação, da qual todo o grupo tem um modelo ou um trajeto que sanciona ou valida a formação. Essa formação não é jamais adquirida na inocência, pois ela é marcada pela idéia que o grupo tem de análise e de analista e sempre há explícita ou implicitamente avaliações e juízos deduzidos, efeitos interpretados como didáticos que fazem com que alguém seja reconhecido como analista pelos seus pares.

Para enfrentar esta realidade *é que se torna necessário todo um trabalho de desidealização e todo um trabalho de luto*. Cada etapa de formação exige uma reelaboração dos jogos identificatórios implicados na: 1) análise pessoal tornada retroativamente didática – seqüela da identificação com o analista; 2) relação com a teoria, que se torna apoio do pensamento e instrumento de reflexão – seqüela da identificação com o mestre e com o discurso dogmático; 3) prática psicanalítica – seqüela da identificação com as posses e emblemas da função psicanalítica.

Sabemos que os problemas fundamentais dizem respeito à transferência à filiação e origem. Conrad Stein fala de um “setor reservado da transferência” que não é analisável e que diz respeito ao ideal comum no projeto manifesto da análise. É possível que esse setor tenha de permanecer, mas todos sabem da importância da análise da transferência negativa, da transferência narcísica e da transferência apaixonada e alienante. Nem todos levam isso muito a sério, e nós sabemos que a não-análise desses aspectos é que pode levar a uma idealidade da análise e do analista, a uma encarnação da análise no analista e a uma identificação alienante e alienada.

O saber sobre a psicanálise pode ser adquirido em livros ou na universidade, mas sabemos que esse saber não tem valor de formação. A formação teórica, reconhecida como tal, é fornecida intramuros por analistas sob a forma de seminários, grupos de pesquisa, aulas, etc. Esses analistas são supostos saber e esse suposto saber é um dos móveis da transferência. É a chamada “transferência lateral”, que é tanto mais perigosa quanto a pedagogia instituir uma relação forte/fraco, grande/pequeno etc., o que leva a uma hipervalorização do mestre que exaspera a inveja e acentua a hierarquia; tais tipos de relações têm componentes sadomasoquistas e induzem formas de identificação várias na linha da identificação com

o agressor. Ainda bem que nem toda sedução é um roubo e nem todo saber engendra sua utilização abusiva. No entanto, toda formação contém essa potencialidade identificatória, na qual a adesão ao discurso do mestre e a um corpo de doutrina toma valor de identidade, sem qualquer processo de crítica ou metabolização.

A passagem pela supervisão corre os mesmos riscos, embora seja algo da máxima importância. Não é fácil manter a dimensão analítica e que o supervisor saiba lidar não só com o material que lhe é trazido mas com as posições identificatórias e as manifestações transferenciais e contratransferenciais que se mobilizam.

O problema da filiação e das origens se inaugura na relação com Freud, pai fundador único, antepassado do qual todo analista reafirma e promete, na sua iniciação, conservar e fazer frutificar a herança. As pessoas em geral querem saber por quem um analista foi analisado, quem foram os seus supervisores. Isso sucede porque a psicanálise tem uma origem datada, encarnada na pessoa de um homem genial cuja biografia não pode ser dispensada quando se quer compreender as engrenagens da teoria. André Green considera que tudo isso faz parte da originalidade da psicanálise. Todo analista nasce numa sociedade endogâmica de vocação incestuosa. Mas o que é preciso ressaltar é que a formação analítica só merece esse qualificativo a partir do momento em que se põem em questão todas essas posições identificatórias, filiais ou parentais, em que o analista traçará o seu caminho como entender, sem precisar recorrer sempre a fontes de referência e certezas e a mestres identificatórios. Será somente então que se poderá julgar se nos encontramos em presença de uma reprodução idêntica, de um duplo partenogenético ou de um *outro que soube conquistar o que seus pais e pares lhe legaram*.

Existe como vemos uma diferença que não é puramente retórica

entre ensino de psicanálise e formação em psicanálise. Na formação, há sempre o risco de se constituírem redes de analistas formadores e analisando alunos, redes que têm por função a devoção ao mestre por um lado, e o fornecimento de clientes e postos de poder por outro, e nas quais o critério é a pertinência. Trata-se, pois, de tentar criar uma organização na qual, em primeiro lugar, a pertinência seja estudada pelos seus efeitos, submetida a uma análise contínua e na qual *a pertinência não seja nem exigida, nem imposta e nem proposta, quer de modo autoritário, quer de modo tácito ou por insinuação*.

Acho que, num assunto tão difícil e tão amplo, reuni algumas poucas considerações gerais e sugeri alguns cuidados. O assunto merece mais tempo e mais trabalho. No entanto, introduzindo a dúvida metódica e crítica, o trabalho de permanente alerta e análise de todos os fatores que podem levar à alienação transferencial e à dogmatização do conhecimento, abrimos acesso para um conhecimento que não seja simples repetição e para uma formação analítica que não passe exclusivamente por mecanismos cegos de identificação. ■

BIBLIOGRAFIA

1. C. Castoriadis, *Les carrefours du labyrinthe*, Paris, Éd. du Seuil, 1978.
2. M. Enriquez, “On forme un analyste”, *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, nº 20, Paris, Éd. Gallimard, 1979.
3. *Estudios freudianos*, nºs. 1, 2, Buenos Aires, Ed. Corregidor, 1974.
4. *Études freudiennes*, nºs. 5, 6, Paris, Éd. Denoël, 1972.
5. *L’Inconscient – Revue de Psychanalyse*, nº 8, Paris, Presses Universitaires, 1968.
6. F. Roustang, *Un destin si funeste*, Paris, Éd. Minuit, 1976.
7. *Topique – Revue Freudienne*, nº 19, Paris, Éd. EPI, 1977.
8. J. P. Valabrega, *La formation du psychanalyste*, Paris, Éd. Belfond, 1979.
9. R.S. Wallerstein, “Perspectives on Psychoanalytic training around the world”, *International Journal of Psychoanalysis*, nº 59, 1978.